

ANÁLISE FUNDIÁRIA DE UMA SUB-BACIA NA AMAZÔNIA QUE PASSA POR INTENSA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Letícia Felizardo de Oliveira¹
Wellington de Pinho Alvarez²

INTRODUÇÃO

A região amazônica tem experimentado transformações ambientais desde os períodos coloniais, entretanto, aproximadamente entre 1930 e 1945, durante o governo de Getúlio Vargas, a colonização desse território começou a ser percebida como estratégica para os interesses nacionais (IMAZON, 2013). As políticas de ocupação visaram integrar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas (COSTA, 1997).

Nesse contexto, é construída a BR-230 (rodovia a Transamazônica), em meados da década de 1970 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, com o objetivo de ligar a região Nordeste à região Norte do país e ocupar o território (MENEZES, 2007). No processo foram implantados os antigos projetos de colonização e outras modalidades de projetos de assentamento para ocupação e subsistência dos colonos.

Dessa forma, a sub-bacia do igarapé Cearense, situada as margens da rodovia Transamazônica abrange duas categorias de assentamento, o Projeto de Assentamento (PA) Surubim e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Ademir Fredericce. Este último manifesta-se como um dos assentamentos mal sucedidos na região da Transamazônica, mais especificamente localizado no município de Medicilândia. O referido PDS foi criado em 23/11/2005, porém em 2007 foi interditado. Desde então o destino do PDS tornou-se incerto, o que seria direcionado para agricultura familiar passou a ser alvo de grileiros e fazendeiros.

Conforme Oliveira e Alvarez (2022), a sub-bacia do igarapé Cearense passou por intensa transformação em sua cobertura vegetal, ligada principalmente ao avanço expressivo da conversão de vegetação natural em áreas de pastagem extensiva.

Diante o exposto, este trabalho configura-se como um instrumento visando contribuir com discussões referentes à dinâmica territorial e alterações ambientais em bacias hidrográficas e sua relação com a reforma agrária precária na região, a partir de

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, letfelizardo@gmail.com

² Professor orientador: Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará – UFPA, walvarez@ufpa.br

um estudo de caso na microbacia do igarapé Cearense, às margens da rodovia Transamazônica (BR-230).

Desse modo, se questiona o aumento do desmatamento e da pastagem dentro de projetos de assentamento, em função da estrutura fundiária áreas que deveriam ser exploradas sustentavelmente de modo a garantir a conservação da natureza. Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo discutir a relação entre os problemas na reforma agrária e o aumento do desmatamento nos últimos cinco anos na área de interesse da pesquisa, fazendo uma análise a partir da composição fundiária da microbacia.

METODOLOGIA

As bases cartográficas empregadas neste estudo são provenientes do INCRA, especificamente do Sistema de Gestão Fundiária, para mapeamento de áreas com georreferenciamento no interior da sub-bacia. Já os dados de Cadastro Ambiental Rural foram obtidos através do site SICAR, a fim de obter os limites dos imóveis com cadastro no sistemas, independente da situação do cadastro.

Os dados relativos ao desmatamento foram obtidos a partir do Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD), produzido pelo MapBiomas, referentes aos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Este relatório destaca a presença de dois projetos de assentamentos localizados dentro da microbacia estudada, posicionando-os em destaque no ranking de áreas de assentamentos com maiores índices de desmatamento no Brasil.

As bases cartográficas foram trabalhadas no software Qgis 3.28, em que foi feito o resorte tanto dos imóveis cadastrados no CAR, quanto dos imóveis com georreferenciamento, pelo limite da sub-bacia. Foi conduzida ainda pesquisa bibliográfica e documental nos sites do INCRA, MAPBIOMAS e IMAZON, assim como em trabalhos científicos, com o propósito de fundamentar a pesquisa e embasar a discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao examinar os dados geoespaciais da área em estudo, torna-se evidente a presença de duas modalidades de assentamento: o Projeto de Assentamento (PA) Surubim e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Ademir Fredericce. Ambos os

assentamentos são caracterizados por notáveis transformações no uso e cobertura da terra. Enquanto o PA Surubim permanece ativo, o PDS Ademir Fredericce encontra-se suspenso desde 2007, situação que propicia a venda ilegal de terras públicas e a ocupação por grileiros e fazendeiros na região, intensificando, assim, os conflitos fundiários.

Conforme apontado por Farias et al. (2021), os assentamentos rurais assumiram um papel significativo como instrumentos primordiais de ordenamento territorial e regularização fundiária na Amazônia brasileira, representando aproximadamente um terço das terras utilizadas e quase 74% dos estabelecimentos rurais. No entanto, a implementação da reforma agrária no Brasil é permeada por conflitos fundiários, irregularidades e pela prevalência da concentração de grandes propriedades em áreas destinadas originalmente a pequenos agricultores familiares.

Conforme Oliveira e Alvarez (2022), mesmo a sub-caixa sendo ocupada por dois assentamentos, o desmatamento no interior da sub-bacia é evidente. Corroborando com os resultados desses autores, os dados Relatórios Anuais de Desmatamento no Brasil (RAD) produzido anualmente pelo Mapbiomas, destaca os projetos de assentamento inseridos na sub-bacia no ranking do desmatamento dos assentamentos que mais desmataram no Brasil nos anos de 2019 a 2023, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Posição dos assentamentos no ranking de assentamentos que mais desmatam no Brasil

Ano	PA Surubim			PDS Ademir Fredericce		
	Posição	Nº alertas	Área (ha)	Posição	Nº alertas	Área (ha)
2019	22	101	1.454	20	45	1.651
2020	8	203	2.771	16	73	2.155
2021	12	171	3.307	11	94	3.421
2022	25	121	2.065	5	90	7.712
2023	23	94	840	6	46	1.647

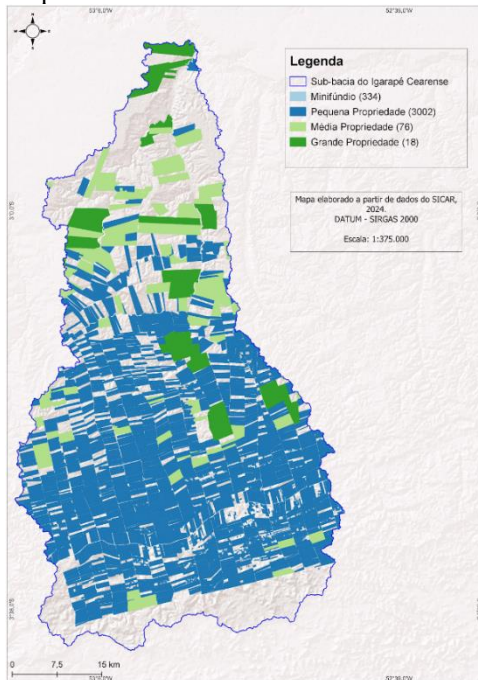
Fonte: Organizado pelos autores e adaptado do MAPBIOMAS.

O quadro acima demonstra a evolução do desmatamento nos assentamentos inseridos na sub-bacia, evidenciando que a retirada da vegetação natural esteve em linha crescente de 2019 a 2023. No PDS Ademir Fredericce o desmatamento foi intensificado no ano de 2022. Já no ano de 2023, em ambos os assentamentos houve redução do desmatamento comparado aos anos anteriores.

De acordo com a FVPP (2021) o PDS Ademir Fredericce possui características de assentamento de fazendeiro, isso está relacionado com os problemas fundiários, e irregularidades na área, que acabam colaborando para o desmatamento ilegal dentro do PDS.

O perfil fundiário da sub-bacia é composto por minifúndios, pequenas, médias e grandes propriedades, que se distribuem de forma aleatória ao longo da sub-bacia. Conforme o mapa 08, nota-se a predominância de minifúndios e pequenas propriedades, 334 e 3002, respectivamente. Os minifúndios estão todos localizados ao sul da sub-bacia, já as pequenas propriedades estão distribuídas majoritariamente ao sul e em menor quantidade ao norte da sub-bacia.

Mapa 1 — Perfil fundiário da sub-bacia do Igarapé Cearense.

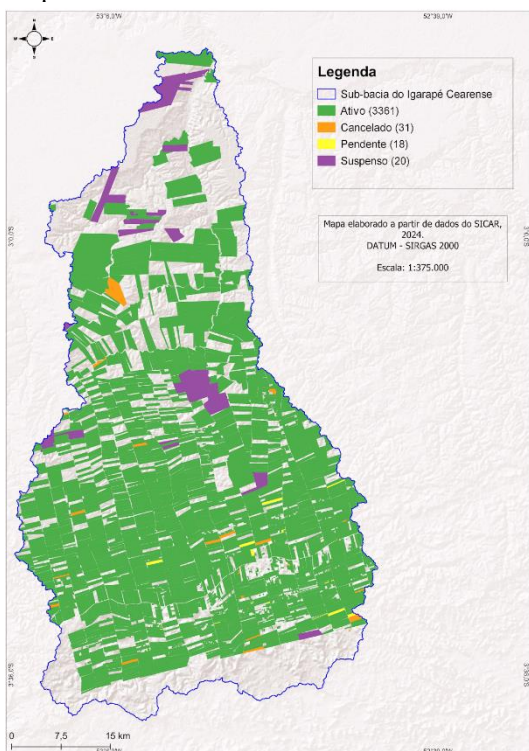


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Na sub-bacia o uso do solo predominante é pastagem, porém a maioria das propriedades (3002) são pequenas, ou seja, estão entre 3 a 280 ha, que geralmente possuem características de agricultura familiar. Já as médias e grandes propriedades estão em menor número, e distribuídas mais ao norte da sub-bacia, justamente onde está localizado o PA Surubim e o PDS Ademir Federicce, este último está suspenso desde 2007, favorecendo ações de grileiros e posseiros na área e alavancando o desmatamento ilegal.

A área possui o total de 3.430 Cadastros Ambiental Rural (CARs) na sub-bacia, em que 3.361 estão com status ativo, 31 cancelados, 18 pendentes e 20 suspensos, conforme constata-se no mapa. Ressalta-se que uma propriedade com o CAR cancelado, não significa que ela foi desocupada.

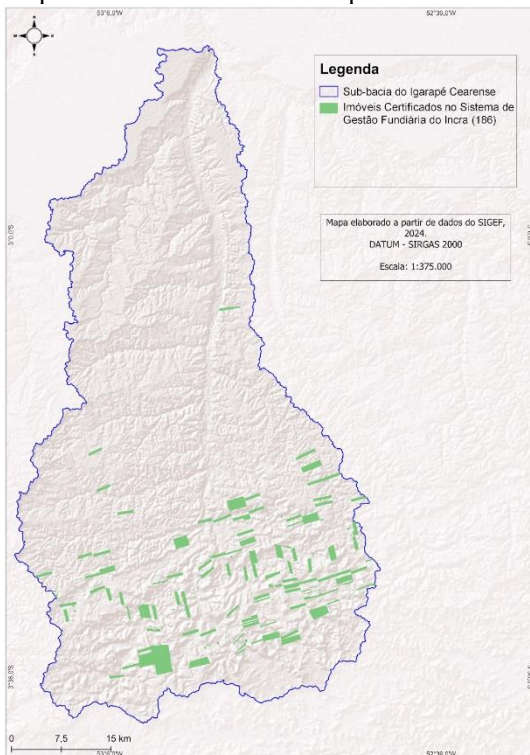
Mapa 2 — Status do CAR dos imóveis na sub-bacia do Igarapé Cearense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Nota-se um diferença exorbitante entre o número de CAR e imóveis georreferenciados e certificados pelo SIGEF no interior da sub-bacia. Destaca-se que o georreferenciamento do imóvel é uma etapa indispensável para a regularização fundiária do mesmo. No mapa 3, a seguir, percebe-se que os imóveis georreferenciados estão distribuídos mais ao sul da sub-bacia, evidenciando irregularidades fundiárias principalmente ao norte da sub-bacia.

Mapa 3 — Imóveis certificados pelo SIGEF



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A diferença entre o número de imóveis cadastrados no CAR e o número de imóveis georreferenciados evidencia a ocupação desordenada de imóveis rurais que não estão regularizados no INCRA, o que facilita o processo de exploração ilegal dos recursos naturais na região, em especial na área do PDS Ademir Fredericce que continua suspenso.

A ausência ou ineficiência de regularização de áreas rurais colabora para a exploração ilegal de recursos naturais, avanço da pecuária extensiva, afetando diretamente a paisagem natural, substituindo-a por paisagens com características antrópicas. Destaca-se a importância das bases cartográficas públicas no monitoramento de áreas rurais, no entanto faz-se necessário o desenvolvimento de ferramentas e plataformas integradas que facilitem o processo de monitoramento e fiscalização de áreas rurais, visando a identificação de infratores e posteriormente a recuperação de áreas degradadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações conduzidas nesta pesquisa revelaram que a sub-bacia objeto de estudo sofreu transformações substanciais em sua paisagem natural, predominantemente caracterizadas pela expansão da pastagem, uma atividade reconhecida por sua alta degradação ambiental, sobretudo quando executada de maneira ilegal e sem um planejamento adequado, podendo resultar no assoreamento de rios e igarapés.

Os assentamentos, concebidos para conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental, não têm atendido a esse propósito, especialmente no caso do PDS Ademir Fredericce. Nessa modalidade de assentamento, a exploração da área é mais restrita, com a família assentada utilizando apenas uma pequena parcela para atividades agrícolas, enquanto a área de reserva legal é comunitária, o que não acontece de fato no PDS acima citado. Diante das elevadas taxas de desmatamento nos dois assentamentos inseridos na sub-bacia, é perceptível que esses assentamentos não estão cumprindo sua função primordial.

Os resultados deste estudo não apenas servem como ferramenta para denunciar irregularidades nos assentamentos, mas também como um meio de colaboração para instigar o governo a aprimorar e investir na reforma agrária na região, reduzindo a prática de grilagem de terras e contendo o contínuo avanço do desmatamento.

Há de se pensar em novas políticas públicas a fim de solucionar ou amenizar os problemas ambientais causados pela intensa exploração dos recursos naturais a partir da apropriação de terras da união. Novos instrumentos devem ser pensados de forma a equilibrar o desenvolvimento socioeconômico do município com a conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

COSTA, W. M. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. Ed Contexto. 1997. 7ª ED.83 P.

FARIAS, Monique Helen Cravo Soares et al. Regularização fundiária na amazônia: panorama dos projetos de assentamentos no estado do pará. 2021.

Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP e Universidade Federal do Pará - UFPA. Mapa dos Conflitos Agrários e Ambientais na Região Transamazônica e Xingu, Oeste do Pará, Amazônia Brasileira. 2021. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/mapa_dos_conflitos___final.pdf. Acesso em: 05/05/2023.

IMAZON. Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. 2013. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia/>. Acesso em 10/05/2023.

INCRA, 2022. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos> .

MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento no Brasil. (2019 a 2023). Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/relatorio>.

MENEZES, Fernando Dominience. Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. 2007.

OLIVEIRA, L. F.; Alvarez, W. P. Análise da mudança do uso e cobertura da terra na bacia do igarapé Cearense a partir de dados do Mapbiomas. In: XIX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2022, Rio de Janeiro. Eixo 3: Técnicas de Mapeamento, Geotecnologias e modelagem de dados espaciais., 2022. v. 1. p. 537-539.